

# CRISE ■ Indicações para Dnit e Abin esbarram na trincheira armada pela oposição no Senado

## Governo paga conta da absolvição

ROBERTO STUCKERT/ABR

Karla Correia

■ BRASÍLIA. A despeito da operação de guerra movida pelos líderes da bancada governista para garantir quorum no Senado, ontem, a oposição impôs nova derrota ao governo no plenário da Casa. Os partidos governistas passaram o dia em esforço concentrado para levar parlamentares ao Senado e garantir a votação da pauta da Casa, travada por cinco medidas provisórias e à espera da apreciação das indicações de seis autoridades, incluindo Luiz Antônio Pagot, para o comando Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit) e Paulo Lacerda, para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Mas só conseguiram manter 37 parlamentares de suas fileiras na Casa. Três a menos do que o quorum necessário para haver a sessão.

Foi uma derrota significativa para o governo e para Renan, que pelo segundo dia consecutivo viu

### Movimento orquestrado pela oposição paralisou a Casa pelo segundo dia consecutivo

a obstrução orquestrada pelos partidos de oposição como forma de protesto contra sua permanência na presidência do Senado derrubar votação de interesse do governo. Na terça-feira, quando Renan presidiu sua primeira sessão deliberativa depois de sua absolvição, faltaram dois senadores para completar o quorum. Ontem, no fim da tarde, a bancada governista comemorava a presença de 41 senadores aliados na Casa. Um apressado Renan chegou ao plenário do Senado peitando a oposição, logo depois de sair do rápido encontro que teve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto.

— Aqui, ninguém vai levar no grito — desafiou Renan, ao ser cobrado pela oposição sobre acordo de inversão da pauta da Casa que permitiria votar ontem mesmo a

PEC que acaba com votações secretas no Congresso. — Se eu tivesse perdido a votação por um voto, eu teria arrumado a minha gaveta e teria saído daqui. Mas eu não perdi, eu ganhei.

A PEC passou ontem à tarde na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e chegou ao plenário com acordo entre oposição e governo pela sua aprovação. Os partidos oposicionistas contavam com a inversão da pauta para aprovar em primeiro turno a proposta ainda ontem, mas o governo resistiu, confiante de que teria votos suficientes para não precisar ceder à demanda da oposição.

— Temos 41 votos na Casa agora, basta um pouco de organização na base para conseguir limpar a pauta hoje (ontem) mesmo — chegou a dizer o líder do PSB no Senado, Renato Casagrande (ES).

Mas, enquanto a batalha pela inversão da pauta acirrava os ânimos no plenário, o governo viu o quorum escorregar por entre os dedos. Aos poucos, parlamentares governistas deixaram a Casa, e o governo só conseguiu segurar 37 senadores. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RO) chegou a apelar por “alguns minutos mais” antes da oposição pedir o encerramento da sessão. Demais líderes aliados tentavam, por celular, fazer os senadores voltar. Sem sucesso.

— Teríamos quorum se a ordem do dia tivesse começado mais cedo, mas o que houve aqui foi uma ‘ordem da noite’ — lamentou a líder do PT na Casa, Ideli Salvatti (SC). Mesmo amparado pela mobilização do governo no Senado e agraciado pela tão aguardada conversa com o presidente Lula, Renan teve que amargar a derrota em plenário.

— O problema da obstrução é uma fase que passa, cabe ao governo se mobilizar para combater esse problema — disse o presidente do Senado, ao deixar o plenário. Sobre o encontro com Lula, negou que o presidente tenha feito qualquer menção sobre seu afastamento da Mesa Diretora e disse que conversou-se apenas sobre “questões institucionais”.

“Se eu tivesse perdido a votação por um voto, eu teria arrumado a minha gaveta e teria saído daqui. Mas eu não perdi

Renan Calheiros, presidente do Senado

“O parlamentar tem que assumir sua responsabilidade. Deveríamos ser absolutamente radicais na transparência

Aloizio Mercadante, senador



Lula e Renan: o primeiro encontro após a absolvição. Depois, a conversa tornou-se reservada

### ■ CCJ aprova fim do voto secreto

■ BRASÍLIA. A absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no plenário foi o combustível para que a Casa decidisse sepultar a prática do voto secreto nas sessões de cassação de mandato. Embalados pela crise política, os parlamentares da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) que estabelece o voto aberto em todas as votações no Congresso.

Por se tratar de emenda à Constituição, a proposta precisa ser aprovada duas vezes no plenário do Senado e da Câmara.

O relator do projeto, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), chegou a cogitar manter a votação secreta em alguns casos de indicação de autoridades para cargos públicos, mas a proposta não prosperou.

— Este momento não permite que o Senado ofereça respostas pela metade — afirmou José Nery (PSOL-PA), que defendeu a votação aberta em todos os casos.

— O parlamentar tem que assumir sua responsabilidade.



Depois da sessão da comissão, projeto será encaminhado a plenário

Acho que deveríamos ser absolutamente radicais na transparência — reforçou Aloizio Mercadante (PT-SP), um dos senadores que se absteve no julgamento do caso Renan.

Um entendimento já em curso entre os líderes partidários deverá dar prioridade à votação em plenário da proposta aprovada pela CCJ assim que a pauta do Senado estiver desobstruída.

A proposta do senador Paulo Paim foi apresentada em 2006, mas ganhou força nas últimas semanas, após a indignação da população diante da sessão secreta que absolveu o presidente do Senado por 40 votos a 35 e seis abstenções.

Em 2003, o plenário do Senado rejeitou proposta de emenda constitucional semelhante, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), que também propunha o voto aberto.

Além dos casos de cassação de mandato de parlamentares, a Constituição Federal prevê atualmente o voto secreto para as situações de indicação de ministros do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, procurador-geral da República, chefes de missão diplomática de caráter permanente e em votação de vetos do presidente da República.

■ Leia e opine no **JB Online**.  
[www.jb.com.br/24horas](http://www.jb.com.br/24horas)